

Ruge  
Securitizadora de  
Créditos  
Financeiros S.A.

(Anteriormente denominada como Geru  
Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.)

**Informações contábeis  
intermediárias referentes aos  
períodos de três e seis meses  
findos em 30 de junho de 2019**

# Conteúdo

<b>Comentário de desempenho</b>	<b>3</b>
<b>Relatório sobre a revisão das informações contábeis intermediárias</b>	<b>6</b>
<b>Balanços patrimoniais</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações intermediárias de resultados</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações intermediárias de resultados abrangentes</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações intermediárias das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>11</b>
<b>Demonstrações intermediárias dos fluxos de caixa</b>	<b>12</b>
<b>Demonstrações intermediárias do valor adicionado</b>	<b>13</b>
<b>Notas explicativas às informações contábeis intermediárias</b>	<b>14</b>

**RUGE SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.**  
**Comentário de desempenho**

São Paulo, 14 de agosto de 2019

Em atendimento aos preceitos legais e estatutários, a administração da Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Companhia"), anteriormente denominada Geru Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as informações contábeis intermediárias da Companhia relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

### **1. Contexto organizacional**

A Companhia atua como securitizadora de créditos financeiros, constituída nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 2.686, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada ("Resolução CMN 2.686/00") com o objetivo exclusivo de aquisição de créditos oriundos de operações financeiras para posterior securitização destes créditos por meio da emissão de debêntures não conversíveis para distribuição pública ou privada nos mercados financeiro e de capitais do Brasil.

A Companhia tem por objeto social: (a) a aquisição e securitização de créditos financeiros; (b) a emissão e colocação, privada ou nos mercados financeiro e de capitais, de títulos de crédito e/ou valores mobiliários compatíveis com suas atividades; e (c) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos financeiros e emissões de títulos lastreados em tais créditos.

A Companhia não possui sociedades controladas. Desde a sua constituição até a data do presente período, toda a receita auferida pela Companhia foi proveniente de operações realizadas no Brasil, não havendo dependência de mercados estrangeiros.

Em 30 de junho de 2019, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 1.800 mil, dividido em 1.800.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (300.000 ações ordinárias nominativas em 31 de dezembro de 2018).

A controladora integral da Companhia é a Geru Holding Limited, sediada em Londres, Reino Unido.

### **Operações**

A Companhia atua na aquisição de direitos creditórios originados por meio da plataforma eletrônica da Geru Tecnologia e Serviços S.A. ("Geru Tecnologia" ou "Plataforma"), parte relacionada, e realiza tal aquisição com recursos captados por meio de emissão de debêntures. O valor integralizado por investidores é aplicado pela Companhia na compra dos direitos creditórios (cédulas de crédito bancário) por meio de endosso formalizado entre a Companhia e as instituições financeiras parceiras, que concedem as operações de crédito originadas pela Plataforma. As cédulas de crédito bancário emitidas pelos tomadores, além de servirem de lastro para as emissões de debêntures da Companhia, também são dadas em garantia a todos investidores da emissão vinculada aos seus créditos, através de contratos de cessão fiduciária.

Os contratos de prestação de serviços relativos à originação, avaliação, cobrança e renegociação dos créditos representados pela Cédulas de Crédito Bancário (CCB) são executados pela Geru Tecnologia.

## 2. Resultados

Desde sua constituição, em 7 de julho 2015, até o período findo em 30 de junho de 2019, a Companhia realizou 7 emissões de debêntures no montante total de R\$ 641.420 mil e com os recursos recebidos das CCBs, pagou aos debenturistas R\$ 364.819 mil durante o mesmo período.

As debêntures asseguraram aos debenturistas, prêmios de reembolso e juros remuneratórios condicionados à realização dos créditos decorrentes das CCBs cedidas à Companhia.

	Vencimento	Em R\$ mil	
		Integralizações	Repagamentos
Debêntures - 1ª Emissão	07/07/2019	16.017	(16.294)
Debêntures - 2ª Emissão	07/12/2019	17.443	(19.168)
Debêntures - 3ª Emissão	04/07/2020	30.121	(31.245)
Debêntures - 4ª Emissão	01/11/2020	50.174	(45.972)
Debêntures - 5ª Emissão	23/05/2021	140.315	(108.244)
Debêntures - 6ª Emissão - Série Sênior	16/11/2021	163.524	(126.488)
Debêntures - 6ª Emissão - Série Subordinada	16/11/2021	73.125	(17.408)
Debêntures - 7ª Emissão - Série Sênior	10/10/2022	142.598	-
Debêntures - 7ª Emissão - Série Mezanino	10/10/2022	47.837	-
Debêntures - 7ª Emissão - Série Subordinada	10/10/2022	47.837	-
		<b>728.991</b>	<b>(364.819)</b>

Obs: Os repagamentos das Debêntures da 7ª Emissão ainda se encontram em período de carência até a data do presente período.

Os recursos obtidos com as debêntures foram utilizados para a aquisição de CCBs no montante total de R\$ 748.506 mil.

	Em R\$ mil
	CCBs adquiridas
CCBs – 1ª Emissão	16.753
CCBs – 2ª Emissão	18.438
CCBs – 3ª Emissão	31.527
CCBs – 4ª Emissão	52.235
CCBs – 5ª Emissão	151.369
CCBs – 6ª Emissão	245.966
CCBs – 7ª Emissão (em período de alocação)	232.218
	<b>748.506</b>

### 3. Auditoria e serviços de não auditoria

Finalmente, para os fins da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003 ("ICVM 381"), a Administração da Companhia informa que durante o 1º semestre de 2019, não foram prestados serviços de não auditoria para a Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

\*\*\*\*\*



KPMG Auditores Independentes  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

## Relatório sobre a revisão de informações trimestrais – ITR

Aos  
Acionistas e Administradores da  
Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A – (nova denominação social da Geru  
Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.)  
São Paulo - SP

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



### **Conclusão sobre as informações intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### **Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado**

As informações contábeis intermediárias, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de Agosto de 2019

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP014428/O-6

Carlos Massao Takauthi  
Contador CRC 1SP206103/O-4

## Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

### Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

<b>Ativos</b>	<b>Nota</b>	<b>30/06/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>Passivos</b>	<b>Nota</b>	<b>30/06/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Ativos</b>				<b>Passivos</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	7	86.426	167.328	Fornecedores e outras contas a pagar		257	189
Empréstimos e recebíveis	8	297.879	252.372	Debêntures	9	205.846	242.014
Redução ao valor recuperável	8	(145.707)	(111.807)	Impostos a recolher		50	112
Outros ativos		401	213				
		<u>238.999</u>	<u>308.106</u>	Total do passivo circulante		<u>206.153</u>	<u>242.315</u>
Total do ativo circulante				Debêntures	9	124.359	179.803
Empréstimos e recebíveis	8	179.961	187.498	Total do passivo não circulante		<u>124.359</u>	<u>179.803</u>
Redução ao valor recuperável	8	(88.027)	(73.452)				
Total do ativo não circulante		<u>91.934</u>	<u>114.046</u>	<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social	10	1.800	300
				Prejuízos acumulados	10	(1.379)	(266)
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<u>421</u>	<u>34</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><b>330.933</b></u>	<u><b>422.152</b></u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><b>330.933</b></u>	<u><b>422.152</b></u>

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.



**Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.****Demonstrações intermediárias de resultados**

Para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018

*(Em milhares de Reais)*

	Nota	Período de três meses		Período de seis meses	
		30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Receita Operacional	14	27.622	28.890	58.720	54.050
<b>Lucro bruto</b>		<b>27.622</b>	<b>28.890</b>	<b>58.720</b>	<b>54.050</b>
Despesas gerais e administrativas	15	(454)	(1.447)	(549)	(1.935)
Provisão para redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis	15	(7.943)	(27.040)	(48.475)	(57.112)
Provisão de remuneração dos debênturistas	15	7.943	27.040	48.475	57.112
<b>Resultado antes das receitas financeiras líquidas</b>		<b>27.168</b>	<b>27.443</b>	<b>58.171</b>	<b>52.115</b>
Receitas financeiras	16	7	1.562	9	2.601
Despesas financeiras	16	(27.987)	(29.005)	(59.293)	(54.716)
<b>Receitas financeiras líquidas</b>		<b>(27.980)</b>	<b>(27.443)</b>	<b>(59.284)</b>	<b>(52.115)</b>
<b>Resultado do período</b>		<b>(812)</b>	<b>-</b>	<b>(1.113)</b>	<b>-</b>
<b>Resultado por ação</b>					
Resultado por ação - básico (em R\$)		(0,451)	-	(0,618)	-
Resultado por ação - diluído (em R\$)		(0,451)	-	(0,618)	-

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

**Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.**  
**Demonstrações intermediárias de resultados abrangentes**  
**Para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018**  
*(Em milhares de Reais)*

	Período de três meses		Período de seis meses	
	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
<b>Resultado do período</b>	<u>(812)</u>	<u>-</u>	<u>(1.113)</u>	<u>-</u>
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-
<b>Resultado abrangente total do período</b>	<u><u>(812)</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>(1.113)</u></u>	<u><u>-</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

**Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.**  
**Demonstrações intermediárias das mutações do patrimônio líquido**  
**Para os semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018**  
*(Em milhares de Reais)*

	<b>Capital social</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2018</b>	<u>300</u>	<u>(266)</u>	<u>34</u>
Resultado do período	-	-	-
<b>Saldo em 30 de junho de 2018</b>	<u>300</u>	<u>(266)</u>	<u>34</u>
Resultado do período	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<u>300</u>	<u>(266)</u>	<u>34</u>
Aumento de capital	1.500		1.500
Resultado do período	-	<u>(1.113)</u>	<u>(1.113)</u>
<b>Saldo em 31 de março de 2019</b>	<u>1.800</u>	<u>(1.379)</u>	<u>421</u>

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

# Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

## Demonstrações intermediárias dos fluxos de caixa

Para os semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Período de seis meses	
	30/06/2019	30/06/2018
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Resultado do período</b>	<b>(1.113)</b>	<b>-</b>
Ajustes de		
Prêmio das debêntures	58.720	54.050
Provisão para redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis	48.475	57.112
Provisão para perda no prêmio de debêntures	(48.475)	(57.112)
Variação no capital circulante:		
(Aumento) em empréstimos e recebíveis	(42.043)	(126.723)
(Aumento) redução em outros ativos	(188)	(542)
Aumento em fornecedores e outras contas a pagar	68	(128)
Aumento em impostos a recolher	(61)	-
<b>Caixa utilizado nas atividades operacionais</b>	<b>15.383</b>	<b>(73.343)</b>
Prêmio sobre as debêntures pagos	(8.293)	(936)
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais</b>	<b>7.090</b>	<b>(74.279)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	1.500	-
Recursos provenientes da emissão de debêntures	-	166.749
Pagamento de principal de debêntures	(89.492)	(65.537)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>(87.992)</b>	<b>101.212</b>
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(80.902)</b>	<b>26.933</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	167.328	75.954
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	86.426	102.887

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

## Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

### Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Para os semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Período de seis meses	
	30/06/2019	30/06/2018
Receitas		
Receita Operacional	58.720	54.050
Insumos adquiridos de terceiros		
Serviços prestados de terceiros	(1.032)	(368)
Outras (despesas) recuperações operacionais	483	(1.567)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	58.171	52.115
Valor adicionado recebido em transferência		
Receita financeira	9	2.601
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>58.180</b>	<b>54.716</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>58.180</b>	<b>54.716</b>
Despesas financeiras	(59.293)	(54.716)
(Lucros retidos) prejuízo do exercício	1.113	-
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<b>(58.180)</b>	<b>(54.716)</b>

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

## **Notas explicativas às informações contábeis intermediárias**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

A Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. (“Companhia”), anteriormente denominada Geru Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., foi constituída em 7 de julho de 2015. A Companhia é constituída na forma de sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil com sua sede social localizada na Rua Cardeal Arcoverde, 2365, 7º Andar, Pinheiros, São Paulo, Capital.

A Companhia atua na aquisição e securitização de créditos financeiros, emissão e colocação, privada ou nos mercados financeiro e de capitais, de títulos de crédito e/ou valores mobiliários compatíveis com suas atividades, no segmento operacional de crédito pessoal; realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos financeiros e emissões de títulos lastreados em tais créditos.

Em 18 de fevereiro de 2019, a Companhia celebrou “Acordo Operacional e Outras Avenças” com a VERT Consultoria e Assessoria Financeira Ltda. (“VERT Consultoria”), que tem por objeto a administração dos negócios da Companhia, bem como a prestação de serviços de consultoria financeira relacionados a gestão, estruturação e administração de emissões, presentes e futuras, de debêntures da Companhia.

Em 19 de fevereiro de 2019 em linha com o disposto no “Acordo Operacional e Outras Avenças” celebrado entre a Companhia e a VERT Consultoria, a Companhia em Assembleia Geral Extraordinária também aprovou a alteração da denominação social da Companhia para a Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Os contratos de prestação de serviços relativos à avaliação, cobrança e renegociação dos créditos representados pela Cédulas de Crédito Bancário (CCB) são executados pela Geru Tecnologia e Serviços S.A. (“Geru Tecnologia”), parte relacionada da Companhia. A Geru Tecnologia é subsidiária integral da Geru Holding Limited, controladora da Companhia, sediada em Londres, Reino Unido.

### **2 Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias**

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas, de acordo com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e com o IAS 34 - *Interim Financial Reporting* emitido pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), de acordo com os pronunciamentos aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis a elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A emissão das informações contábeis intermediárias referentes aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2019 foi autorizada pela Diretoria em 14 de agosto de 2019.

### **3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas informações contábeis intermediárias estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia, como provisão para perda na carteira de empréstimos e recebíveis, provisão para perda no prêmio das debêntures e provisão para contingências. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

#### **5 Base de mensuração**

As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração nestas informações contábeis é determinado nessa base.

#### **6 Principais políticas contábeis**

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente durante todo o período apresentado nestas informações contábeis intermediárias.

##### **(i) Caixa e equivalentes de caixa**

São ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, contas bancárias e investimentos financeiros de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original igual ou inferior a três meses e que são prontamente convertidos em um montante conhecido de caixa e sujeito a um risco insignificante de alteração no valor justo.

##### **(ii) Receita de juros**

A receita de juros é calculada utilizando-se o método de juros efetivos, aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que não são comprados com problemas de recuperação de crédito, mas que, posteriormente, se tornaram ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito (“não performados”).

A Companhia classifica uma operação de crédito como “não performado” se o pagamento do principal ou dos juros apresentar atrasos de 90 dias ou mais. Neste caso, a apropriação de juros deixa de ser reconhecida.

Os empréstimos e recebíveis, constituídos por Cédulas de Crédito Bancário (CCBs), são adquiridos pela Companhia em caráter definitivo, irrevogável e irretroatável, sem coobrigação do cedente ou qualquer mecanismo de recompra dos créditos inadimplidos.

A aquisição de tais empréstimos e recebíveis ocorreu durante o período. O prazo de recuperação dos créditos é de 12 a 36 meses, a partir do mês de aquisição das CCBs e a taxa de retorno esperada não deve ser considerada como garantia de rentabilidade da carteira.

**(iii) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável anual para contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do período.

**(iv) Instrumentos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou mantido ao valor justo.

**a. Classificação e mensuração dos ativos financeiros**

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros depende do modelo de negócio no qual são administrados e das características de seus fluxos de caixa.

- Custo amortizado: O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda de crédito esperada. Estão classificados nesta categoria os Empréstimos e Recebíveis.
- Valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. Estão classificados nesta categoria os Caixas e Equivalentes de Caixa.

**b. Redução ao valor recuperável (impairment)**

Redução ao valor recuperável: Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada. As principais mudanças na política contábil da Companhia para redução ao valor recuperável estão listadas abaixo:

O modelo de perda de crédito esperada inclui uso de informações prospectivas e classificação do ativo financeiro em três estágios:

- Estágio 1 - Perda de crédito esperada para 12 meses: representa os eventos de inadimplência possíveis dentro de 12 meses, aplicados para ativos financeiros sem problemas de recuperação de crédito;



- Estágio 2 - Perda de crédito esperada ao longo da vida do ativo financeiro: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente;
- Estágio 3 - Perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito. A mensuração dos ativos classificados neste estágio difere do estágio 2 pelo reconhecimento da receita de juros aplicando-se a taxa de juros efetiva ao custo amortizado (líquido de provisão) e não ao valor contábil bruto.

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1. A Companhia não reavalia os tomadores com base no seu histórico de crédito após a aquisição das CCBs assim, não há mudança no “rating” dos tomadores.

A Companhia avalia a alteração no risco de inadimplência através da observação do comportamento destes tomadores ao longo do período sob análise, comparando as mudanças nas faixas de atraso com as respectivas probabilidades de perda. Considerando estas informações como razoáveis e sustentáveis, disponíveis sem custo ou esforço excessivos, como indicativo de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

**c. Classificação e mensuração dos passivos financeiros**

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou mantidos ao valor justo. Os seguintes passivos financeiros são classificados como custo amortizado: Fornecedores e Debêntures.

**(v) Provisões**

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Os passivos contingentes registrados como provisões e os divulgados como possíveis são quantificados pela melhor estimativa, utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

As contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração e classificadas como:

- Prováveis: para as quais são constituídos passivos reconhecidos no balanço patrimonial na rubrica Provisões.
- Possíveis: as quais são divulgadas nas demonstrações contábeis consolidadas, não sendo nenhuma provisão registrada.
- Remotas: as quais não requerem provisão nem divulgação.

Em 30 de junho de 2019, a Companhia figura como parte em processos judiciais com probabilidade de perda classificada como possível no valor de R\$ 5. Não há outros processos judiciais em que a Companhia figure como parte, portanto não foi constituída provisão para riscos.

## 7 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>30/06/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Bancos conta-corrente	8.386	600
Aplicações financeiras - CDB	78.040	166.728
<b>Total</b>	<b>86.426</b>	<b>167.328</b>

Os CDBs e as aplicações financeiras compromissadas são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Estas aplicações financeiras são mensuradas inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Pelas características das aplicações, seus valores contabilizados não diferem dos valores de mercado. Em 30 de junho de 2019, a remuneração média das aplicações financeiras foi equivalente à 95% (99% em 31 de dezembro de 2018) do Certificado de Depósito Interfinanceiro (“DI”).

## 8 Empréstimos e recebíveis

	<b>30/06/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Cédulas de crédito bancário - CCBs	477.840	439.870
Redução ao valor recuperável	(233.734)	(185.259)
<b>Total</b>	<b>244.106</b>	<b>254.611</b>
Circulante	152.172	140.565
Não circulante	91.934	114.046
<b>Total</b>	<b>244.106</b>	<b>254.611</b>

### i. Movimentação dos empréstimos e recebíveis

	Saldo em 31/12/2018	Aquisição de CCBs	(Provisão) / Reversão		Amortização		Saldo em 30/06/2019
			Juros e encargos recuperável	ao valor	Principal	Juros e Encargos	
CCBs - 1ª Emissão	11	-	220	74	(84)	(221)	-
CCBs - 2ª Emissão	350	-	160	160	(455)	(195)	20
CCBs - 3ª Emissão	1.840	-	480	256	(1.583)	(508)	485
CCBs - 4ª Emissão	6.832	-	1.346	(360)	(3.815)	(1.589)	2.414
CCBs - 5ª Emissão	34.168	-	7.562	(2.821)	(15.259)	(7.475)	16.175
CCBs - 6ª Emissão	125.366	-	23.805	(17.795)	(38.767)	(25.811)	66.798
CCBs - 7ª Emissão							
(i)	86.044	133.924	25.147	(27.989)	(34.470)	(24.442)	158.214
<b>Total</b>	<b>254.611</b>	<b>133.924</b>	<b>58.720</b>	<b>(48.475)</b>	<b>(94.433)</b>	<b>(60.241)</b>	<b>244.106</b>

	<u>Amortização</u>						
	Saldo em 31/12/2017	Aquisição de CCBs	Juros e encargos	(Provisão) / Reversão ao valor recuperável	Principal	Juros e encargos	Saldo em 31/12/2018
CCBs - 1ª Emissão	794	-	478	(98)	(513)	(650)	11
CCBs - 2ª Emissão	2.898	-	869	70	(2.428)	(1.059)	350
CCBs - 3ª Emissão	9.471	-	2.561	(757)	(6.479)	(2.956)	1.840
CCBs - 4ª Emissão	29.216	-	6.820	(5.808)	(13.857)	(9.539)	6.832
CCBs - 5ª Emissão	123.227	-	32.401	(43.037)	(45.962)	(32.461)	34.168
CCBs - 6ª Emissão	4.578	241.445	52.060	(70.853)	(55.633)	(46.231)	125.366
CCBs - 7ª Emissão (i)	-	98.295	5.593	(9.157)	(4.693)	(3.994)	86.044
<b>Total</b>	<b>170.184</b>	<b>339.740</b>	<b>100.782</b>	<b>(129.640)</b>	<b>(129.565)</b>	<b>(96.890)</b>	<b>254.611</b>

A carteira de empréstimos e recebíveis é composta por CCBs sem garantias remuneradas a juros prefixados com taxas que variam entre 2,00% e 5,00% ao mês. As CCBs estão vinculadas às emissões de debêntures (vide Nota Explicativa 9) e eventuais inadimplementos ou perdas efetivas são repassadas em sua totalidade aos debenturistas.

Em 30 de junho de 2019, a Companhia constituiu R\$ 53.646 de provisões para perda (R\$ 137.386 em 31 de dezembro de 2018), recuperou e, conseqüentemente, reverteu provisões para perda no montante de R\$5.171 (R\$ 7.746 em 31 de dezembro de 2018). Não houve baixa para prejuízos de operações com empréstimos e financiamentos.

**(i) CCBs - 7ª Emissão**

Em 30 de junho de 2019, as CCBs relativas à 7ª Emissão de Debêntures encontram-se em período de alocação, conforme descrito na Nota Explicativa nº 9. Durante esse período, todos os pagamentos de principal, juros e encargos são reempréstados dentro da própria emissão.

**ii. Redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis**

	30/06/2019	31/12/2018
Redução ao valor recuperável - CCBs - 1ª Emissão – Estágio 1	-	(166)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 1ª Emissão – Estágio 2	-	(179)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 1ª Emissão – Estágio 3	(7.499)	(7.228)
<b>Total redução ao valor recuperável – 1ª emissão</b>	<b>(7.499)</b>	<b>(7.573)</b>
Redução ao valor recuperável - CCBs - 2ª Emissão – Estágio 1	(1)	(1.053)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 2ª Emissão – Estágio 2	(2)	(150)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 2ª Emissão – Estágio 3	(5.351)	(4.312)
<b>Total redução ao valor recuperável – 2ª emissão</b>	<b>(5.354)</b>	<b>(5.515)</b>
Redução ao valor recuperável - CCBs - 3ª Emissão – Estágio 1	(26)	(2.972)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 3ª Emissão – Estágio 2	(34)	(440)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 3ª Emissão – Estágio 3	(9.617)	(6.521)
<b>Total redução ao valor recuperável – 3ª emissão</b>	<b>(9.677)</b>	<b>(9.933)</b>
Redução ao valor recuperável - CCBs - 4ª Emissão – Estágio 1	(79)	(7.392)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 4ª Emissão – Estágio 2	(133)	(1.625)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 4ª Emissão – Estágio 3	(19.819)	(10.654)
<b>Total redução ao valor recuperável – 4ª emissão</b>	<b>(20.031)</b>	<b>(19.671)</b>
Redução ao valor recuperável - CCBs - 5ª Emissão – Estágio 1	(801)	(27.916)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 5ª Emissão – Estágio 2	(1.299)	(5.276)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 5ª Emissão – Estágio 3	(63.275)	(29.361)
<b>Total redução ao valor recuperável – 5ª emissão</b>	<b>(65.375)</b>	<b>(62.553)</b>

	<b>30/06/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Redução ao valor recuperável - CCBs - 6ª Emissão – Estágio 1	(3.071)	(39.338)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 6ª Emissão – Estágio 2	(5.419)	(7.196)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 6ª Emissão – Estágio 3	<u>(80.161)</u>	<u>(24.322)</u>
<b>Total redução ao valor recuperável – 6ª emissão</b>	<b><u>(88.651)</u></b>	<b><u>(70.856)</u></b>
Redução ao valor recuperável - CCBs - 7ª Emissão – Estágio 1	(5.241)	(8.648)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 7ª Emissão – Estágio 2	(6.199)	(510)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 7ª Emissão – Estágio 3	<u>(25.707)</u>	<u>-</u>
<b>Total redução ao valor recuperável – 7ª emissão</b>	<b><u>(37.147)</u></b>	<b><u>(9.158)</u></b>
Total redução ao valor recuperável – Estágio 1	<u>(9.219)</u>	<u>(87.485)</u>
Total redução ao valor recuperável – Estágio 2	<u>(13.086)</u>	<u>(15.376)</u>
Total redução ao valor recuperável – Estágio 3	<u>(211.429)</u>	<u>(82.398)</u>
<b>Total redução ao valor recuperável</b>	<b><u>(233.734)</u></b>	<b><u>(185.259)</u></b>

## 9 Debêntures

	<b>30/06/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Debêntures - 1ª Emissão (a.i)	364	427
Debêntures - 2ª Emissão (a.i)	437	818
Debêntures - 3ª Emissão (a.ii)	1.721	3.274
Debêntures - 4ª Emissão (a.ii)	4.457	8.329
Debêntures - 5ª Emissão (a.ii)	21.909	41.557
Debêntures - 6ª Emissão - Série Sênior (a.iii)	56.415	112.759
Debêntures - 6ª Emissão - Série Subordinada (a.iv)	14.692	21.812
Debêntures - 7ª Emissão - Série Sênior (a.v)	152.573	145.063
Debêntures - 7ª Emissão - Série Mezanino (a.vi)	53.225	49.401
Debêntures - 7ª Emissão - Série Subordinada (a.vii)	<u>24.412</u>	<u>38.377</u>
Circulante	205.846	242.014
Não circulante	<u>124.359</u>	<u>179.803</u>
<b>Total</b>	<b><u>330.205</u></b>	<b><u>421.817</u></b>

Os recursos obtidos por meio das emissões de debêntures foram destinados à aquisição de CCBs. As carteiras de recebíveis são segregadas fiduciariamente.

Na hipótese de não realização dos créditos decorrentes das CCBs até a data de vencimento ou até a data de pagamento das Debêntures, poderá ocorrer, de acordo com os termos do inciso I do parágrafo único do artigo 5º da Resolução CMN nº 2.686, a critério da Companhia e em benefício desta, a dação em pagamento aos Debenturistas, de pleno direito e sem direito de regresso contra a Companhia, no limite e na proporção dos seus créditos, das CCBs não realizadas nos respectivos vencimentos.

### a. Características das Debêntures

- i. As Debêntures da 1ª e 2ª Emissão assegurarão aos debenturistas um prêmio de reembolso correspondente ao montante líquido recebido pela Companhia a título de pagamento das CCBs vinculadas à emissão e existentes na carteira da Companhia na data do respectivo pagamento (“Prêmio”) descontados os valores pagos pela Companhia a título de amortização extraordinária obrigatória, calculado desde a data de emissão ou a data de pagamento de prêmio imediatamente anterior, e será paga ao final de cada período de apuração. O pagamento do prêmio condiciona-se à realização dos créditos decorrentes das CCBs cedidas à Companhia.

- ii. As Debêntures da 3ª à 5ª Emissão assegurarão aos debenturistas, após a amortização extraordinária de 98% do saldo principal, um prêmio de reembolso correspondente ao montante líquido recebido pela Companhia a título de pagamento das CCBs vinculadas à emissão e existentes na carteira da Companhia na data do respectivo pagamento (“Prêmio”) descontados os valores pagos pela Companhia a título de amortização extraordinária obrigatória, calculado desde a data de emissão ou a data de pagamento de prêmio imediatamente anterior, e será paga ao final de cada período de apuração. O pagamento do prêmio condiciona-se à realização dos créditos decorrentes das CCBs cedidas à Companhia.
- iii. As Debêntures da 6ª Emissão - Série Sênior assegurarão aos debenturistas, após o período de alocação prioritária de recursos, juros remuneratórios equivalentes à 175% da DI (“depósitos interfinanceiros”), calculado desde a data de emissão ou a data de pagamento de prêmio imediatamente anterior, e será paga ao final de cada período de apuração. O pagamento dos juros remuneratórios condiciona-se à realização dos créditos decorrentes das CCBs cedidas à Companhia.
- iv. As Debêntures da 6ª Emissão - Série Subordinada assegurarão aos debenturistas, após a amortização extraordinária de 98% do saldo principal, um prêmio de reembolso correspondente ao montante líquido recebido pela Companhia a título de pagamento das CCBs vinculadas à emissão e existentes na carteira da Companhia na data do respectivo pagamento (“Prêmio”) descontados os valores pagos pela Companhia a título de amortização extraordinária obrigatória, e juros remuneratórios e amortização de principal da Série Sênior, calculado desde a data de emissão ou a data de pagamento de prêmio imediatamente anterior, e será paga ao final de cada período de apuração. O pagamento do prêmio condiciona-se à realização dos créditos decorrentes das CCBs cedidas à Companhia e a amortização e remuneração da Série Sênior.
- v. As Debêntures da 7ª Emissão - Série Sênior assegurarão aos debenturistas, após o período de alocação prioritária de recursos, juros remuneratórios equivalentes à CDI + spread de 4,25% a.a., calculado desde a data de emissão ou a data de pagamento de prêmio imediatamente anterior, e será paga ao final de cada período de apuração. O pagamento dos juros remuneratórios condiciona-se à realização dos créditos decorrentes das CCBs cedidas à Companhia.
- vi. As Debêntures da 7ª Emissão - Série Mezanino assegurarão aos debenturistas, após o período de alocação prioritária de recursos, juros remuneratórios de 18% a.a., a ser paga mensalmente, calculado desde a data da primeira integralização da Série Mezanino até a data do seu efetivo pagamento, sendo esse período composto em até 12 meses ou até a alocação dos recursos. O pagamento dos juros remuneratórios condiciona-se à realização dos créditos decorrentes das CCBs cedidas à Companhia.
- vii. As Debêntures da 7ª Emissão - Série Subordinada assegurarão aos debenturistas juros remuneratórios de 18% a.a. calculados apenas durante o período de alocação prioritária de recursos, ou seja, após o período entre data da primeira integralização da Série Subordinada até a data do seu efetivo pagamento, sendo esse período composta em até 12 meses ou até a alocação dos recursos. Adicionalmente, após a amortização extraordinária de 98% do saldo principal, um prêmio de reembolso correspondente ao montante líquido recebido pela Companhia a título de pagamento das CCBs vinculadas à emissão e existentes na carteira da Companhia na data do respectivo pagamento (“Prêmio”) descontados os valores pagos pela Companhia a título de amortização extraordinária obrigatória, e juros remuneratórios e amortização de principal da Série Sênior e Mezanino, calculado desde a data de emissão ou a

data de pagamento de prêmio imediatamente anterior, e será paga ao final de cada período de apuração. O pagamento do prêmio condiciona-se à realização dos créditos decorrentes das CCBs cedidas à Companhia e a amortização e remuneração da Série Sênior e Mezanino.

**b. Vencimento das debêntures**

A perspectiva de pagamentos das debêntures são conforme segue:

	<b>Série</b>	<b>Vencimento</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>Total</b>
Debêntures - 1ª Emissão	Única	07/07/2020 (i)	364	-	-	-	364
Debêntures - 2ª Emissão	Única	07/12/2019	437	-	-	-	437
Debêntures - 3ª Emissão	Única	04/07/2020	1.721	-	-	-	1.721
Debêntures - 4ª Emissão	Única	01/11/2020	4.457	-	-	-	4.457
Debêntures - 5ª Emissão	Única	23/05/2021	18.332	3.577	-	-	21.909
Debêntures - 6ª Emissão	Sênior	16/11/2021	39.107	16.453	855	-	56.415
Debêntures - 6ª Emissão	Subordinada	16/11/2021	10.184	4.285	223	-	14.692
Debêntures - 7ª Emissão	Sênior	10/10/2022	79.657	55.197	17.654	65	152.573
Debêntures - 7ª Emissão	Mezanino	10/10/2022	27.788	19.255	6.159	23	53.225
Debêntures - 7ª Emissão	Subordinada	10/10/2022	12.745	8.832	2.825	10	24.412
<b>Total</b>			<b>194.792</b>	<b>107.599</b>	<b>27.716</b>	<b>98</b>	<b>330.205</b>

- i. Em Assembleia Geral Extraordinária dos Debenturistas da 1ª Emissão de Debêntures, realizada em 1 de junho de 2019, foi prorrogada a data de vencimento das debêntures para o dia 7 de julho de 2020.

**c. Cláusulas de vencimento antecipado**

Os debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, poderão declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações da emissora, na ocorrência de eventos de inadimplemento, conforme estipulado na escritura. Da 1ª à 5ª Emissão não há exigência de manutenção de índices financeiros mínimos.

Os debenturistas da 6ª e 7ª Emissão, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, poderão declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações da emissora, na ocorrência de eventos automáticos como:

- Criação de ônus ou gravames sobre os Direitos Creditórios Cedidos
- Descumprimento de obrigações pecuniárias, não sanado em três dias úteis
- Insolvência
- Cessação de atividades empresariais
- Índices financeiros de cobertura.

Em relação à 6ª Emissão, o Índice de Cobertura deverá ser calculado *pro forma* o pagamento das Debêntures: Saldo devedor das CCBs multiplicado pelo fator de ponderação de 70%, somado ao valor das disponibilidades e dividido pelo saldo das debêntures da primeira série. Em 30 de junho de 2019, o Índice de Cobertura era de 1,04.

Em relação à 7ª Emissão - Série Sênior, o Índice de Cobertura I deverá ser calculado *pro forma* o pagamento das Debêntures: Saldo devedor das CCBs multiplicado pelo fator de ponderação de 60%, somado ao valor das disponibilidades e dividido pelo saldo das debêntures da Série Sênior em circulação, calculados após o primeiro mês completo de alocação. Em 30 de junho de 2019, o Índice de Cobertura I era de 1.11.

Em relação à 7ª Emissão - Série Mezanino, o Índice de Cobertura II deverá ser calculado *pro forma* o pagamento das Debêntures: Saldo devedor das CCBs multiplicado pelo fator de ponderação de 80%, somado ao valor das disponibilidades e dividido pelo saldo das debêntures da Série Sênior somados às debêntures da Série Mezanino em circulação, calculados após o primeiro mês completo de alocação. Em 30 de junho de 2019, o Índice de Cobertura II era de 0.98.

#### **d. Cessão fiduciária em garantia**

A Companhia, de acordo com os contratos de cessão fiduciária da 6ª e 7ª Emissão de Debêntures, irrevogavelmente transfere para a totalidade dos Debenturistas da 6ª e 7ª Emissão de Debêntures, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta de todos os direitos da Companhia, presentes ou futuros, sobre (i) as CCB atuais e futuras, vinculadas e a serem vinculadas à 6ª e 7ª Emissão, (ii) os direitos creditórios decorrentes das contas bancárias de titularidade da Companhia, exclusivamente associadas à 6ª e 7ª Emissão, (iii) os ativos financeiros investidas com recursos disponibilizados nas contas exclusivas, assim como os direitos creditórios referentes a quaisquer valores devidos à Companhia em razão do investimento em tais ativos financeiros, inclusive enquanto estiverem em trânsito das contas exclusivas ou destinados a elas, decorrentes de vendas, amortizações ou resgates de tais ativos financeiros, e (iv) os direitos creditórios oriundos dos contratos de opções de juros celebrados exclusivamente para hedge das obrigações objeto da Emissão, contratados e que venham a ser contratados no âmbito da 6ª e 7ª Emissão.

A Cessão Fiduciária resulta na transferência fiduciária em garantia aos Debenturistas da 6ª e 7ª Emissão, e seus respectivos sucessores e eventuais cessionários da propriedade fiduciária, do domínio resolúvel e da posse indireta dos direitos dados em garantia, permanecendo a sua posse direta com a Companhia.

## **10 Capital social**

### **i. Capital social e reservas de capital**

Na Assembleia Geral Extraordinária do dia 19 de fevereiro de 2019, foi aprovada a emissão de 1.500.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal subscritas pela acionista Geru Holding Limited.

Em 30 de junho de 2019, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 1.800 dividido em 1.800.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (300.000 ações ordinárias nominativas em 31 de dezembro de 2018). Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

**ii. Natureza e propósito da reserva**

***Reserva legal***

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada período nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

**iii. Dividendos**

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 1% do resultado do período ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar são destacados do patrimônio líquido no encerramento do período e registrados como obrigação no passivo.

**11 Gerenciamento do capital**

A política da Companhia é manter um equilíbrio entre ativos e passivos para que tanto os riscos quanto os retornos e prazos sejam análogos na ponta ativa e passiva de suas transações, operando desalavancada de forma a não exigir uma base de capital substancial para manter a confiança do investidor.

**12 Instrumentos financeiros**

**a) Valor justo dos instrumentos financeiros**

Dada as características dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado, em que não há componentes de indexadores ou remuneração garantida, os saldos contábeis são equivalentes ao valor justo dos ativos e passivos financeiros classificados nessa categoria na data do balanço.

**b) Gerenciamento dos riscos financeiros**

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

**i. *Riscos de crédito***

Apesar da Companhia não deter o risco de crédito, há o risco dos ativos vinculados às debêntures incorrer em perdas financeiras caso um tomador falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de empréstimos e recebíveis. Conforme estipulado nas escrituras de emissão das debêntures, a remuneração dos debenturistas é atrelada ao recebimento líquido das CCBs, dessa forma, o risco de crédito pelo inadimplemento das CCBs é compensado na remuneração do debenturista. A exposição ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. A avaliação de crédito é feita no momento da solicitação do crédito na plataforma da Ruge Tecnologia que, analisa individualmente cada novo cliente, quanto à sua condição financeira antes de apresentar uma proposta de limite de crédito e termos de pagamentos.

A Companhia efetua renegociações de empréstimos em situação de atraso, objetivando a maximização do retorno da carteira para os debenturistas, em casos em que as renegociações se estendem por período superior ao esperado para a carteira de crédito da CCB renegociada, vencendo o período de vigência das Debêntures, há a dação em pagamento dos montantes em aberto aos debenturistas das respectivas emissões (vide nota explicativa 9).

A Companhia não exige garantias com relação aos “Empréstimos e recebíveis”.



### **Caixa e equivalentes de caixa**

A Companhia detinha 'Caixa e equivalentes de caixa' de R\$ 86.426 em 30 de junho de 2019 (R\$ 167.328 em 31 de dezembro de 2018). O 'Caixa e equivalentes de caixa' são mantidos com instituições financeiras de primeira linha.

#### **ii. Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu 'Caixa e equivalentes de caixa' e outros investimentos em um montante equivalente às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros de acordo com os cronogramas de desembolso de pagamento do principal e prêmios aos debênturistas. Tendo em vista que, a remuneração dos debenturistas é atrelada ao recebimento líquido das CCBs, a Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do 'Contas a receber de clientes' em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas às 'Debêntures'.

#### **iii. Risco de mercado (taxa de juros)**

A Companhia adota como política que sua exposição a taxa de juros seja com base em uma taxa de juros pré-fixada. Para isso, a Companhia adquire CCBs com taxa de juros fixa e transfere aos debênturistas o equivalente ao rendimento líquido dos empréstimos e recebíveis.

## **13 Imposto de renda e contribuição social**

	<u>Período de três meses</u>		<u>Período de seis meses</u>	
	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
<b>Prejuízo do período</b>	<b>(812)</b>	<b>-</b>	<b>(1.113)</b>	<b>-</b>
Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal - 34%	276	-	378	-
Provisão para perda na carteira	2.700	9.194	16.482	19.418
Provisão para remuneração dos debenturistas	(2.700)	(9.194)	(16.482)	(19.418)
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal não constituídos	(276)	-	(378)	-
<b>Total</b>	<b>(812)</b>	<b>-</b>	<b>(1.113)</b>	<b>-</b>

Em 30 de junho de 2019 a Companhia possui créditos sobre prejuízos fiscais não constituídos no montante de R\$ 745 (R\$ 90 em 30 de junho de 2018), uma vez que não há expectativa de recuperação futura.

## **14 Receita operacional**

	<u>Período de três meses</u>		<u>Período de seis meses</u>	
	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Receita operacional líquida	27.622	28.890	58.720	54.050
<b>Total de Receita operacional líquida</b>	<b>27.622</b>	<b>28.890</b>	<b>58.720</b>	<b>54.050</b>

## 15 Despesas por natureza

	Período de três meses		Período de seis meses	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Despesas gerais e administrativas (i)	(454)	(1.447)	(549)	(1.935)
Provisão para perda nos recebíveis	(7.943)	(27.040)	(48.475)	(57.112)
Provisão para remuneração dos debenturistas	7.943	27.040	48.475	57.112
<b>Total de Despesa por natureza</b>	<b>(454)</b>	<b>(1.447)</b>	<b>(549)</b>	<b>(1.935)</b>

- i) Refere-se substancialmente a despesas com prestadores de serviços como, contabilidade e auditoria, escrituradores, agentes fiduciários, etc.

## 16 Resultado financeiro

	Período de três meses		Período de seis meses	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
<b>Receitas financeiras:</b>				
Receita sobre aplicação financeira	7	1.562	9	2.601
<b>Despesas financeiras:</b>				
Taxas e despesas bancárias	(365)	(115)	(573)	(666)
Remuneração aos debenturistas	(27.622)	(28.890)	(58.720)	(54.050)
<b>Total de Resultado financeiro líquido</b>	<b>(27.980)</b>	<b>(27.443)</b>	<b>(59.284)</b>	<b>(52.115)</b>

- i) Em 30 de junho de 2019 refere-se ao resultado de aplicações financeiras da conta bancária excluindo os efeitos de rendimentos das contas cedidas fiduciariamente em garantia às emissões de debentures.

## 17 Partes relacionadas

### a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração de pessoal-chave da Administração, é feita pela Geru Tecnologia, empresa do mesmo Grupo. Em 30 de junho de 2019, a remuneração total dos diretores foi de R\$ 1.059 (R\$ 782 em 30 de junho de 2018). Não há remuneração para os Conselheiros.

### b) Transações e saldos com partes relacionadas

As partes relacionadas são as pessoas que possuem influência significativa na gestão da Companhia.

#### i. Contrato de prestação de serviços

Refere-se ao contrato de prestação de serviços relativos à avaliação, cobrança e renegociação dos créditos representados pelas CCBs, executados pela Geru Tecnologia, equivalente a 1% ou 3% dos recebimentos totais pagos pela Companhia e deduzidos do prêmio pago aos debenturistas. Em 30 de junho de 2019 o montante total pago foi de R\$ 4.416 (R\$ 2.331 em 30 de junho de 2018). Não há saldos a pagar nas respectivas datas de balanço.

#### ii. Recuperação de despesas

A Companhia recupera as despesas de serviços profissionais e tarifas para manutenção da estrutura administrativa. Em 30 de junho de 2019, foi reembolsado o montante de R\$ 391 (R\$ 156 em 30 de junho de 2018).

Há saldos a receber da Geru Tecnologia no montante de R\$ 336 em 30 de junho de 2019 (R\$ 30 em 31 de dezembro de 2018).

**iii. Debêntures**

Em 30 de junho de 2019, da quantidade total de debêntures integralizadas R\$ 728.990 (R\$ 728.990 em 31 de dezembro de 2018), 15.72% são detidas por partes relacionadas em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018.

O total de despesas em 30 de junho de 2019 é de R\$ 9.231, correspondente aos 15.72% da quantidade total de debêntures integralizadas (R\$ 9.567 em 30 de junho de 2018, correspondente a 17,7%).

**18 Eventos subsequentes**

Com relação a eventos subsequentes, a Companhia confirma que não houve eventos subsequentes relevantes no contexto destas informações contábeis intermediárias, que necessitassem de qualquer tipo de ajuste.

**19 Outros assuntos**

A Companhia afirma que não operou instrumentos financeiros derivativos no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, bem como em períodos anteriores.